

ENTRE CURAS: AS DIFERENTES PRÁTICAS MEDICINAIS EM CIDADES MINEIRAS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX.*

Lucas Lolli Vieira**

As idéias higienistas no Brasil do século XIX

Este trabalho tem por objetivo compreender as diferentes percepções e práticas referentes à saúde que coabitavam em Minas Gerais, principalmente na região de Mariana, na passagem do XIX para o XX, dando enfoque ao recorte entre o período de 1880 até o início de 1930.

Na histografia referente à história da medicina, de uma maneira geral, é comum se admitir que o século XIX foi marcado por um forte acirramento entre a medicina acadêmica, que desejava para si o monopólio das práticas de cura, e os representantes da medicina popular – curandeiros, parteiras, boticários, cirurgiões, barbeiros e padres

João José Reis em seu livro, *“A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”*, nos mostra como as ideias sanitárias estiveram em Salvador, na Bahia, no decorrer do XIX, e a reação popular frente a essas novas ideias.

Sidney Chalhoub em, *“Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial”*, também ressalta as noções sanitaristas e higienistas que percorreram o século XIX, principalmente a partir da segunda metade, mostrando-nos que tais noções contribuíram para alterarem o espaço físico e sócio-geográfico da antiga capital brasileira¹. Desse modo, no Rio de Janeiro – principal cidade colonial e posteriormente capital do Império – criou-se ao longo do processo histórico de desenvolvimento da cidade, regulamentações e instituições responsáveis pela formação de médicos e fiscalização da arte e dos ofícios da cura. Em 1808, podemos observar o aparecimento da Fisicatura-Mor órgão responsável por fiscalizar e controlar os exercícios e as artes de cura na colônia. Adiante, em 1830, temos a criação das Universidades de Medicina e na segunda metade do século a criação da Junta de Higiene.

No texto intitulado, *“Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos”*, publicado pela historiadora Tânia Salgado Pimenta, em 2004, argumenta a autora que já na primeira metade do século XIX é possível perceber algumas mudanças nas políticas que regulamentam as práticas

terapêuticas. Assim, segundo Pimenta, já no fim da “...década de 1820 e início dos anos 1830, observa-se uma série de marcos no processo de institucionalização da medicina, como a criação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e vários periódicos especializados.” (PIMENTA,2004,p.68)

Em outubro de 1832, foi criada uma lei no Brasil que mudou a relação entre os chamados terapeutas populares e terapeutas acadêmicos. Desta forma, nos mostra Tânia Pimenta que “...a lei de 1832 marcou o início do monopólio legal das artes de curar por parte dos médicos. Desenhava-se então uma nova forma de se relacionar com os terapeutas populares, bem diferente daquela do tempo da Fisicatura-mor. Algumas categorias passaram a ser desqualificadas e deslegitimizadas, enquanto outras começaram a depender da Faculdade de Medicina.” (PIMENTA, 2004,p.71).

Ainda no contexto do Rio de Janeiro é possível perceber que essas feições higienistas da região pode se tratar de um denominador comum em grande parte do Império. Gabriela dos Reis Sampaio, em sua obra “*Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*” observa que as perseguições se acentuaram no decorrer do XIX, principalmente a partir das últimas décadas. Desse modo, a autora argumenta que para conseguir o monopólio das práticas de cura:

...era fundamental [aos profissionais acadêmicos] que criticassem e combatessem as práticas de curas diferentes da sua – algumas muito antigas, bastante arraigadas no cotidiano de diferentes grupos sociais, representavam uma séria concorrência aos médicos científicos, bem mais recentes no país. Desta maneira, quando começaram a se formar os primeiros grupos de médicos nacionais, ainda na primeira metade do século XIX, começaram também as intenções de eliminar a vasta concorrência (SAMPAIO, 2001: 24).

As políticas higiênicas e os ecos em Minas

Em Minas Gerais o cenário não foi diferente em relação ao Rio de Janeiro, as idéias higiênicas e as perseguições contra os representantes da medicina popular também estiveram presentes. Anny Jackeline Torres Silveira, em seu livro “*A Influenza Espanhola e a Cidade Planejada: Belo Horizonte, 1918*”, nos mostra como os princípios higiênicos-sanitaristas foram significativos para a criação da nova capital mineira. No contexto das políticas higienistas a antiga capital mineira, Ouro Preto, no final do século XIX, começou a ser questionada a respeito de sua salubridade. Era comum no interior do imaginário da época associar a topografia ouro-pretana, como a

causa “...da desordem nos arruamentos e nos serviços de água e de esgotos, comprometendo a situação sanitária da cidade (...)” (Silveira, 2008:84). Assim, continua a autora:

...ao mesmo tempo em que se inscreve nas disputas políticas regionais, a mudança da capital também remete às representações construídas sobre o espaço urbano que dominavam o período em questão, e o problema da salubridade havia se tornado aspecto indissociável do imaginário sobre a cidade, estabelecido a partir da segunda metade do século XIX. Higiene, civilização e progresso formavam uma tríade recorrente nos discursos sobre o espaço e a vida urbana (Silveira, 2008 :84).

Não obstante, Betânia Gonçalves Figueiredo em, “*A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*”, demonstra o processo de institucionalização das diversas atividades ligadas à saúde. O aumento gradual de médicos formados e trabalhadores nas Minas fez com que os terapeutas populares perdessem seu espaço, mas não necessariamente desaparecessem. Destarte, neste processo dinâmico de apropriações, negociações e resistências, segundo Betânia Figueiredo “... há um campo propício para a proliferação de curandeiros, benzedeadas, rezas e palavras religiosas: este mundo busca na fé e na tradição o apoio para amenizar o sofrimento. O mundo médico também questiona a total eficácia do seu tratamento apelando para forças sobrenaturais quando a situação tornava-se delicada” (FIGUEIREDO, 2002: 224).

Os terapeutas populares ainda estão na sociedade, andam por ela amenizando os males alheios. Não pretendemos nos manter nas relações de poder que existiam entre terapeutas populares e terapeutas acadêmicos. Queremos com este trabalho nos deter nas práticas culturais e nas interações existentes nas Minas final no final do oitocentos, a fim de demonstrar como estes saberes se relacionavam. Portanto, consideramos que o terreno e as fronteiras que demarcavam as várias práticas de cura não estavam tão bem definidos, parecendo diluídas e tênues na organização da sociedade. Percebemos, dessa maneira, que os agentes envolvidos nas práticas de cura – terapeutas populares e/ou acadêmicos e pacientes – transitam, entre diferentes terrenos, criando táticas, modificando o uso e refazendo o consumo, aumentando as fronteiras e muitas vezes, ultrapassando-as chegando ao terreno representado pelo outro lado.

Um sacerdote que cura: as práticas de cura de Monsenhor Horta

Nascido em 20 de junho de 1859, em Barra Longa, pequeno distrito de Mariana, José Silvério Horta², filho de José Caetano Ramos Horta, e de Jacinta Gomes de Figueiredo Horta, teve ainda mais 6 irmãos. Com saúde sempre debilitada, José Silvério Horta, cresceu numa pequena chácara até sua época de escola. Monsenhor Horta relatou em sua autobiografia que: “...quando meus irmãos começaram também [sic] a aprender, meu pai resolveu transferir-se com a família para Mariana, por causa de instrução literária dos filhos” (Manuscrito autobiográfico, p.4).

Ao se mudar para Mariana com sua família, José Silvério Horta se mudam para uma chácara denominada “Vamos-Vamos”. Aos 16 anos de idade, em 1875, Horta foi “...nomeado Capelão cantor extranumerário da Catedral”. (Manuscrito autobiográfico, p.11). Dois anos mais tarde, em 1877, depois de receber a visita de dois médicos ingleses, Dr. Vening e Dr. Malta, e a visita de um médico brasileiro, Dr. Eduardo Moura, a debilidade da saúde de Horta foi confirmada pela “... opinião dos dois médicos ingleses e como era espiritualmente ligado aos meus pais (...), teve mais do que os outros a franqueza de dizer a meus pais que eu teria poucos meses de vida se não me tratasse seriamente, mas fora de Mariana” (Manuscrito autobiográfico, p.14).

Assim, José Silvério Horta, saiu-se de Mariana. Não se passaria nem 4 anos até poder recomeçar seus estudos, mas desta vez “...o Exmo. Sr. D. Benevides sabendo que eu já estava em Mariana e por singular benefício de Deus restabelecido de minha enfermidade, convidou-me a continuar os meus estudos, não no Seminário, porque receava alguma recaída, mas no seu palácio, em sua companhia como fâmulos dele.” (Manuscrito autobiográfico, p.16)

Em 1881, José Silvério Horta foi convidado a se tornar fâmulos do bispo D. Benevides, e foi com ele que Horta teve lições de “...química, física, história natural. Quanto a filosofia designou-me como lente Mons. Júlio Bicalho” (Manuscrito autobiográfico, p.17). Logo após iniciar a sua vida no palácio, onde ficaria por 16 anos, Horta foi recebendo ordenações eclesiásticas. Em 4 de maio de 1884, José Horta foi aprovado num exame e o “... julgaram habilitado a receber as Ordens Menores e as Superiores, inclusive o Presbiterato [sic]” (Manuscrito autobiográfico, p.23). Ao receber as primeiras Ordens Menores “...davam o direito de exercer alguns poderes espirituais e sobrenaturais na terra” (Manuscrito autobiográfico, p.23).

O ano de 1885 não começou bem para José Silvério Horta, mal houve tempo de celebrar sua nova ordenação eclesiástica, o Subdiaconato, recebido no primeiro dia do

ano, Horta teve de ir a Ouro Preto visitar seus familiares que para lá se mudaram 5 anos antes. Ouro Preto passava por uma terrível epidemia de febre tifo. As epidemias eram constantes, tanto no período colonial quanto no Império, e por onde se alastravam revelavam a fragilidade da saúde pública brasileira e “...expunha a incapacidade da ciência médica de deter a propagação das doenças”. (FERREIRA, 2003: 120).

No dia 9 de janeiro, seu irmão Carlos estava acometido pela a febre. Após receber licença dada pelo o Bispo para visitar sua família, José Horta encontrou seu irmão Carlos já de cama. Horta ficou ao lado de seu irmão até as 2 horas quando Carlos morreu. (Manuscrito autobiográfico, p.24) Mas ainda a epidemia iria trazer mais perdas para Horta. No enterro de Carlos, Afonso, irmão de José Horta que chegou de São Paulo para cuidar de Carlos, começou a se sentir doente: “Chamado o médico, este declarou que havia ele também contraído a febre tifo. E prescreveu-lhe o tratamento exigindo a mudança da casa imediatamente.” (Manuscrito autobiográfico, p.24). José Horta procurou por Ouro Preto uma nova casa, mas foi em vão e nada encontrou porém “...no dia seguinte começou o Afonso a delirar” (Manuscrito autobiográfico, p.24) Vendo que a morte se aproximava para Afonso, sua família “...tratou de chamar o Vigário para administrar-lhe os sacramentos (...)” (Manuscrito autobiográfico, p.24). E passado sete dias da morte de Carlos, Horta viu mais um de seus irmãos morrer, Afonso não resistiu à febre e também morreu. A epidemia não havia ainda passado, e guardou a Horta mais uma perda.

No mesmo dia que Afonso morreu, seu pai, José Caetano veio a adoecer. Mais uma vez, o médico da família Dr. Gesteira foi chamado e após o sepultamento de Afonso “... exigiu a imediata retirada de meu pai da cidade de Ouro preto para a de Mariana.” (Manuscrito autobiográfico, p.25) Ouvindo os conselhos do médico, José e toda sua família retornaram para Mariana, mas por medo de que a morte chegasse solicitou que seu pai recebesse os Sacramentos. “Não obstante, porém, [a] todos os cuidados da família e dedicação do médico, o Barão de Camargos, foi-se agravando de dia para dia seu estado” até que ao 7º dia da morte de Afonso, seu pai também morreu devido a epidemia de febre tifo.³ (Manuscrito autobiográfico, p.26)

Passado o conturbado ano de 1885, Horta recebeu em 11 de abril de 1886, a ordenação de diaconato. Em seguida recebeu logo no início do mês de junho do mesmo ano, a ordenação Presbiteral (Manuscrito autobiográfico, p.31). A sua próxima

ordenação viria em 1887. Em maio, Monsenhor Horta, como ficou mais conhecido, após o presbiterado, foi nomeado Cônego da Sé de Mariana, porém, Monsenhor Horta recusou e só foi assumir o posto no final do ano, em 14 de novembro de 1887.

O exorcismo: permanências da medicina do século XVIII

Em uma visita pastoral, na cidade de Barbacena, o Bispo ordenou que Monsenhor Horta “...fosse visitar a um *louco* que trouxeram de longe para receber a benção de S. Excia. [Revmo.] e que não podia entrar na cidade, mas ficava fora no campo num ranchinho pobre longe do centro, porque estava em correntes e em camisas de força. Saí logo a ver esse *doente* [grifos nossos]” Ao se deparar com o “*louco*”, Monsenhor não teve dúvidas: “...conheci logo que era um possesso e mandei aos companheiros dele que o trouxessem no dia seguinte à Matriz da cidade porque era de exorcismo. [grifo nosso]” (Manuscrito autobiográfico, p.34). Na manhã seguinte, Monsenhor encontrou-se com o possesso na Igreja do Rosário, uma vez que não conseguiu entrar na Sé. Enquanto procedia ao exorcismo, Monsenhor perguntou ao possesso: “...como se chama? Respondeu: Manuel.” Então Monsenhor pergunta aos que assistem do lado de fora da igreja “...como se chamava o *doente*, responderam:Manuel. Voltei então a perguntar como se chamava, dizendo: Estás mentindo; não é este [sic] o teu nome, dize-me o teu nome. Eu sou o diabo. Respondi: sei que és o diabo ...”(Manuscrito autobiográfico, p.36). Após proceder com o exorcismo, Monsenhor recebeu uma carta do “ex-possesso” de sua casa em [Montevidés] na qual diz: “...os companheiros escreveram-me que o louco estava completamente bom e me agradecia” (Manuscrito autobiográfico, p.36). Enquanto relembrava deste caso para escrever em sua autobiografia, uma coisa nos chama a atenção. Ao descrever a conversa que Monsenhor teve com o possesso concluiu: “Que espetáculo horrível o de um possesso! E que martírio para o exorcista!” (Manuscrito autobiográfico, p.36).

Os casos de possessos perpassaram grande parte de sua vida, embora nem todos foram relatados em sua autobiografia. Outro caso também é bem emblemático. Andando com o Padre Lessa, nos relata Monsenhor em sua autobiografia, que passava na frente do Hospital das Irmãs de Caridade, quando saiu uma mulher “quetinha” [sic] que ali estava recolhida. Ao vê-la, Monsenhor disse ao seu colega: “...aí está uma endemoniada” (Manuscrito autobiográfico, p.39). Ao dizer isto, o padre que acompanhava Monsenhor o pergunta se ele conhece a mulher, e Monsenhor responde:

“É esta a primeira vez que a vejo”. No outro dia, enquanto Monsenhor estava no Palácio Episcopal, foi avisado que estava sendo chamado na portaria. “Era a tal senhora que viera queixar-se de seus incômodos e pedir *remédio [grifo nosso]*.” Monsenhor solicitou que ela voltasse depois, e assim que ela retornou, ele não teve dúvidas após ouvi-la. Certificou-se “...de que era mesma uma endemoniada e precedi então aos exorcismos” (Manuscrito autobiográfico, p.39). Adiante escreveu Monsenhor em sua biografia “Casos semelhantes são inúmeros e de possessão individual são algumas centenas. Eu os contei até 96 (noventa e seis); depois não me dei mais ao trabalho de contar porque tem sido quase de todos os dias casos de verdadeiras possessões. Quanto aos casos duvidosos contei trezentos e isto já de bastantes anos” (Manuscrito autobiográfico, p.40).

Infelizmente, Monsenhor não nos contou todos os casos de possessão e nem como ele fez para diferenciar um caso de possessão falso do caso de possessão verdadeiro. E conclui dizendo que “...seria uma coisa intérmina e enfadonha se quizesse [sic] referir todos os casos de diabolismo que me tem acontecido de perto e de longe, e, coisa singular, muitos destes casos determinados pela prática do espiritismo ...”(Manuscrito autobiográfico, p.41)

A medicina brasileira se constituiu a partir da relação entre os saberes ameríndios, africanos que para o Brasil foram trazidos, e por portugueses. Assim, “...as bases socioculturais da medicina colonial foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas – indígenas, africana e européia –, com inexpressiva participação dos profissionais de formação acadêmica”(FERREIRA,2003,p.101). A medicina exercida no Brasil se constituiu com intimas ligações ao elemento do sobrenatural e do maravilhoso, desse modo, ao pensar seu processo de constituição é impossível, segundo Márcia Moisés Ribeiro, em seu livro “A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII” desassociar o maravilhoso e o sobrenatural, do imaginário acerca de doença, saúde e equilíbrio.

Pensamos que a falta de médicos foi uma das características da iniciante medicina que se constituía no Brasil colonial. A medicina brasileira, no XVIII, constituiu-se a partir da visão do sobrenatural e da falta de médicos acadêmicos. Porém, a falta de médicos acadêmicos potencializou o aparecimento de terapeutas populares que partilhavam com a população uma concepção sobre a saúde, doença e a cura, que

intimamente relacionava o universo da saúde ao sobrenatural e ao maravilhoso. Assim, práticos populares e a população acreditavam e partilhavam das mesmas concepções acerca sobre saúde. Acreditamos que por partilharem com a população em geral as mesmas concepções sobre o amplo universo da saúde, podemos atribuir o sucesso dos práticos na Colônia e no século XIX, mesmo quando as perseguições tornaram mais constantes. Sobre esse costume disse Ferreira: “Na verdade, a medicina praticada no dia-a-dia da Colônia esteve quase sempre a cargo de curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros, parteiras, sangradores, boticários e cirurgiões. O reduzido contingente de médicos disponíveis trouxe como conseqüência a abolição da rígida hierarquia social da medicina...”(Ferreira, 2003,p.102).

Não é que os médicos acadêmicos não relacionavam o universo da saúde ao sobrenatural. No decorrer do século XVIII, médicos acadêmicos e terapeutas populares, pouco se diferenciavam na prática de suas atividades. A medicina do século XVIII nasce com uma enorme fluidez de seus domínios. Desta forma, não é de se estranhar que “...a medicina culta assemelhava-se à medicina popular, na medida em que expunha uma concepção da doença e apregoava um arsenal terapêutico fundado numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e crença.” (FERREIRA, 2003,p.102).

Segundo Márcia Moises Ribeiro, representantes da medicina acadêmica e da igreja católica, caminhavam juntos, no século XVIII, para legitimar e deslegitimar práticos que por estas duas instâncias não eram autorizados em suas práticas. Não obstante, inspirados em “argumentos teológicos, a medicina atacava ferozmente terapias envolvendo objetos sagrados, palavras e orações, especialmente quando proferidas por pessoas comuns. Argumentava-se que estas, mesmo invocando o nome de Deus na cura dos achaques, na realidade, deviam o sucesso à ajuda do diabo, pois Deus fora cauteloso ao transmitir dons curativos aos seus filhos, não concedendo a qualquer um.” (Ribeiro, 1997, p.93)

Desta forma, no século XVIII, medicina e igreja queriam para si o controle do corpo. Legitimavam as práticas religiosas e afirmavam que: “...o dom curativo provinha de três formas: do estudo (adquirido sobretudo nas universidades), do poder de Deus, dado a alguns indivíduos gratis data, e da ajuda do demônio. Portanto, saber se a cura foi conseguida com o amparo do céu ou do inferno dependia, antes de tudo, da legitimação de tal prática”(RIBEIRO, 1997,p. 94). Ao afirmar e limitar os ofícios da

cura, a médicos e membros eclesiásticos, estas duas instituições colocava na ilegitimidade a prática de diversos outras pessoas que se dedicavam a arte e aos ofícios da cura. Representantes da medicina acadêmica, e da igreja católica, ao fazer “...restrições no que respeitava à intervenção dos santos e das palavras sagradas, mas, ao mesmo tempo, legitimando esses meios quando praticados por religiosos, a Igreja lançava suas redes de poder sobre a coletividade. [...], [desta forma], cabia ao poder religioso e à medicina fazer com que as pessoas invocassem a magia sobre a qual eles tinham controle” (RIBEIRO, 1997,p, 95).

Ainda segundo o imaginário do universo da cura no século XVIII havia, principalmente, três formas de se obter as graças da cura. Sendo que a primeira das formas de se obter a cura estava ligada ao âmbito do natural através do tratamento com as plantas. A segunda da magia, “...dentre os quais destacava-se o uso de palavras, caracteres e ensalmos e, finalmente, os eclesiásticos, que eram os exorcismo e aplicação de relíquias” (RIBEIRO, 1997: 100). Já mesmo no final do setecentos, argumenta a autora, Márcia Moisés Ribeiro, que os “...médicos não mais recomendavam os exorcismo quando desconheciam as causas da moléstias, mas acreditavam na importância da boa conduta moral e do cumprimento dos deveres espirituais na recuperação da saúde e na prevenção das moléstias” (RIBEIRO, 1997,p. 139).

Como já vimos ao longo deste trabalho, no decorrer do século XIX, médicos acadêmicos buscaram de diversas maneiras separar o sobrenatural de suas atividades – mesmo quando utilizava ainda de explicações sobrenaturais –, primeiramente os médicos acadêmicos deslegitimavam os outros saberes, para em seguida, utilizar do mesmo. E assim, no decorrer do século XIX, principalmente nas últimas décadas, quando Monsenhor Horta cuidava de enfermos praticando o exorcismo, vemos que este já não é mais um saber legitimado pela medicina acadêmica. Pensamos, nesse caso, que o exorcismo foi no século XIX, um desdobramento do XVIII. Tais desdobramentos vemos se apresentam para nós como uma forma de permanência do sobrenatural no imaginário do popular oitocentista.

O século XIX foi, de fato, um século marcado por fortes mudanças no pensamento médico, mas também por permanências. Monsenhor Horta, intimamente relacionou o possesso anteriormente citado a um doente, ao utilizar de termos médicos para se referir ao possesso na qualidade de “louco” ou de “doente”. Com isso é possível observar que ao utilizar no final do século XIX do vocabulário médico para referir-se ao

posse, Monsenhor Horta nos informa que elementos e resquícios do século XVIII, perpetuaram na cultura popular e chegaram ao XIX. Desta forma, Monsenhor, reinterpreta as concepções médicas do XIX, e atribui o elemento do sobrenatural a percepção da doença.

Podemos perceber que diversas práticas de cura estavam disponíveis no cotidiano mineiro no final do século XIX, e não apenas uma como queria a medicina acadêmica. Monsenhor Horta não relaciona todo doente a um possesso, mas relaciona os possessos a doentes. Assim, Monsenhor parece acreditar que a doença seja algo externo, advindo do sobrenatural e do maravilhoso – mesma concepção acerca de saúde e doença do século XVIII –, e se materializa no corpo humano, sendo necessário o exorcismo para se curar.

A prática da cura de Monsenhor Horta

Como já apresentado, entre as várias atividades diárias de Monsenhor Horta, uma delas era se dedicar à cura dos doentes que lhe procuravam. Através de orações, água benta e fé, Monsenhor curava os mais diferentes pacientes, vindo de diversas classes sociais, de diversos lugares de Minas. Assim, utilizando-se de métodos religiosos, Monsenhor curava males que a medicina acadêmica não conseguia tratar. Ao se deparar com um corpo sofrido por uma moléstia, um corpo fora de seu equilíbrio, Horta nos demonstra também o que ele concebe como “corpo são”, ou seja, um corpo equilibrado. Através de suas práticas e discursos acerca da saúde e da doença, podemos perceber e descobrir quais concepções sobre cura, saúde e doença que se passavam em Mariana no final do século XVIII e início do século XIX. Também podemos perceber, através de suas práticas cotidianas, como por exemplo, comprar remédios, procurar médicos acadêmicos, como percepções distintas acerca da saúde podem conviver e conviviam nas Minas oitocentistas da virada do século.

Em seu manuscrito autobiográfico, Horta nos revela suas como suas concepções corpo e da saúde estão relacionadas à religiosidade. Assim, nos conta, Monsenhor que “não há muitos anos apareceu-me em casa outro pobre morfético, cheio de feridas.” Juntamente com a esmola que o jovem havia solicitado, Monsenhor deu-lhe também uma medalhinha de N^a senhora, e assim após benze-la, solicitou que o enfermo “quando lavasse as feridas tocasse nos banhos [a] medalhinha de N^a Senhora que [ele] havia

benzido e que podia também ser tocada na agua [sic] pura para beber [grifo nosso]”. Passado algum tempo, “...voltou de novo a minha presença pedindo-me licença para casar, mas já perfeitamente livre da moléstia. Disse-lhe: o senhor sofria de uma moléstia [sic] perigosa, só um médico lhe podia dar esta licença. Respondeu: já consultei com vários e bons médicos e todos eles estão de acordo que eu não mais sofro do meu antigo incômodo e diziam que posso tomar este estado sem susto” (Manuscrito autobiográfico, p.44)

Sua fama ultrapassava os limites da cidade de Mariana, e em um dia, viajando por alguns distritos da cidade e Município de Piranga, escreve Monsenhor que a população soube de sua passagem por em certo ponto. Assim, ao percorrer seu percurso, Monsenhor Horta se depara com uma enferma que era trazida em um carro de boi. Após proceder com a benção, logo a enferma melhorou e seguiu o resto da viagem a pé, “...começou a fazer todo serviço domestico facilmente” (Manuscrito autobiográfico, p.44)

Nesta mesma viagem, ao passar pelo arraial de Pirapetinga, vem ao encontro de Monsenhor Horta, uma senhora que o convida para entrar em sua casa, e cuidar de seu filho que estava de cama. Quando encontrou-se com o enfermo, sua mãe, mostrou a Monsenhor Horta as costas de seu filho que estava em “chagas viva.” Após consolar a mãe, Monsenhor Horta solicitou que ela o trouxesse “...um copo dagua [sic] que benzi e lhe disse: quando a senhora lavar esta ferida pode usar também desta agua...” (Manuscrito autobiográfico, p.45) Passado alguns dias, Monsenhor Horta encontrou em Mariana com este enfermo curado de sua moléstia.

Monsenhor nos relata diversos casos como estes em sua autobiografia. Aqueles que não podiam ir até Monsenhor Horta e nem esperar que Monsenhor fosse vê-lo, enviam-lhe cartas. Assim foi que no dia 31 de julho de 1924, Raymunda Aleixa Gonçalves, moradora do município de Ressaquinha, perto de Barbacena, enviou uma correspondência para Monsenhor, solicitando humildemente de Monsenhor Horta “...uma benção para a cura de uma perna que foi operada e a um ano e 6 meses” e que lhe causa sofrimento e a priva de andar. Assim, continua a mulher, confiante “na misericórdia de Divina [Providência] com a vossa bênção ficarei completamente boa”⁴.

Outra correspondência, agora do distrito de São Caetano, atualmente chamado de Monsenhor Horta, nos revela pistas importantes para adentrarmos no terreno sobre a concepção popular do universo da saúde e como Monsenhor Horta percebia e assim partilhava com a população concepções a cerca da cura/doença, saúde e corpo. Em

resposta a Antônio Martins [Ferreira], que havia lhe pedido conselhos sobre como tratar seu filho José que estava doente. E assim, em 23 de outubro de 1914, respondeu Monsenhor que, não “aplique, ou dê ao José, seu filho, os remédios que lhe foram receitados, porque ali haverá intervenção do demônio. [...]. Portanto toda a receita em semelhantes casos ou é dada pelo demônio, ou dada e [acertada por acaso], pela [prescrição] humana, o que não é provável.” E assim, após indicar a Antônio Martins que não siga as prescrições médicas, o sacerdote recorre à religião pra justificar a cura e avisa que os médicos só terão êxito em curar José caso haja a ajuda de Rafael. Deve-se assim “...celebrar-se a festa de Arcanjo Rafael, arcanjo da medicina, protetor e ilumi[nador] dos [médicos]. Apegue-se [a estes] com ele, que seu filho será curado”⁵

É importante ressaltar que Monsenhor Horta não desacredita na medicina acadêmica. O que ele faz é associar a religião a esse outro saber autorizado no interior daquela sociedade mineira. Em biografia escrita por Francisco Horta, em 1934, este relata que em dia de sua morte, 30 de março de 1933, quando acometido por uma doença, um médico é chamado para amenizar os sofrimentos de Monsenhor Horta. Ao aplicar os medicamentos, “...fez-lhe este algumas injeções, apesar das ponderações do Monsenhor, de que nada lhe valeriam taes remédios” (HORTA, 1934,p.130). Desta forma, mesmo fazendo as ponderações a cerca do remédio aplicado a ele em momentos antes de sua morte, nos parece que Monsenhor Horta não trabalha contra a medicina acadêmica, mas busca reforçar a importância da religião no processo de cura.

Considerações finais

Monsenhor viveu em um momento de crise, e parece saber disso. Momento chave para compreender a história da medicina brasileira, que cada vez mais se lançava contra os práticos populares, sejam eles curandeiros ou padres. Durante este processo, a medicina brasileira foi afastando o sobrenatural de suas explicações sobre as origens das doenças. Data deste contexto, o avanço da bacteriologia, da alopatia, da microbiologia. “*Aos poucos, um novo estilo médico desenvolveu-se nos gestos, nas palavras, no vestuário, na arquitetura hospitalar e na legislação, respaldado por novas disciplinas e pesquisas advindas, em parte, com a microbiologia*” (ALMEIDA, 2003,p.126).

Lentamente, o saber médico acadêmico foi conquistando o antigo espaço dos práticos populares. Mas essa conquista não veio sem conflitos, resistências e

negociações. Neste momento o texto escrito por Machado de Assis, em 11 de dezembro de 1892 relata com extrema perspicácia, o movimento que se passava a medicina brasileira, e assim escreveu para o periódico “*A Semana*”:

Não há curandeiros. O direito de curar é equivalente ao direito de pensar e de falar. Se eu posso extirpar do espírito de um homem certo erro ou absurdo, moral ou científico, por que não lhe posso limpar o corpo e o sangue das corruções? A eventualidade da morte não impede a liberdade do exercício. Sim, pode suceder que eu mande um doente para a eternidade; mas que é a eternidade senão uma extensão do convento, ao qual posso muito bem conduzir outro enfermo pela cura da alma? Não há curandeiros, há médicos sem medicina, que é outra coisa.⁶

De forma sucinta Machado de Assis percebeu o embate (às vezes contraditório) que havia entre a prática médica acadêmica e o seu discurso. Embora colocasse na ilegalidade toda prática curativa diferente da sua, muitas vezes, as próprias práticas médicas, realizadas por representantes acadêmicos, se aproxima da realizada daquelas, que os médicos acadêmicos, chamavam de charlatanismo.

As divergências de opiniões e métodos entre os próprios médicos acadêmicos com certeza contribuíram para que a população mesmo no final do século XIX e início do século XX, procurassem ainda a medicina popular. Mas não só isso. Parece haver uma permanência na cultura popular acerca das concepções sobre saúde, magia, sobrenatural, vindas do século XVIII, mas que não deixaram de existir. Monsenhor Horta e a população partilhavam de uma mesma aspiração a cerca da saúde, do corpo, e das curas. De fato, essa concepção já era ameaçada por médicos acadêmicos, mas ao que parece ter se resistido. Diferentemente do século XVIII, no início do século XX, a medicina acadêmica está mais presente no cotidiano das pessoas. Monsenhor Horta, preocupado com o afastamento de Deus das práticas médicas, ou pelo menos do discurso médico higienista, quer atribuir a este saber a presença de Deus. E ao fazer, encontra na sociedade marianense, e de certa forma, na sociedade mineira em geral, esses anseios, que aceitam a medicina acadêmica, mas procuraram confortos na aproximação de Deus no processo de cura.

Por fim é muito significativo, ao relatar o seu cotidiano, Monsenhor Horta escreve em sua autobiografia:

Sempre que posso dou as minhas graças depois da missa, porém raramente o posso fazer porque é tão grande a multidão do povo que me cerca desde cedo, pedindo benção para si, para os estranhos, para objetos de piedade, para as águas, remédios, para sementes, a medicina que neste trabalho consumo horas e horas, às vezes até meio dia, principalmente quando me aparecem obsessos ou possessos do demônio, o que não é raro (Manuscrito biográfico, p.57-58).

Portanto, nos parece, que Monsenhor Horta, ainda percebe a medicina com alguns elementos daquela medicina do século XVIII. Associa possessos a doentes, e a prática do exorcismo com a prática médica. Também elementos do saber acadêmicos à sua religiosidade, interpretando, criando novos usos e táticas. Esta pesquisa ainda esta no início e tirar alguma conclusão é ainda precipitado, porém percebemos que a concepção de medicina para Monsenhor Horta (co) responde a uma das aspirações e percepções de cura e tratamento partilhados pela população mineira entre os séculos XIX e XX. Ampliando seu espaço de atuação na sociedade mineira do início do século XX, percorrendo fronteiras diferentes, que embora tênue na população, começam a serem demarcadas. Por fim, a medicina acadêmica estava ainda longe de conseguir seu monopólio sobre as práticas de cura ainda no início do século XX. Assim, conforme argumenta Anny Torres, a medicalização da sociedade brasileira iria acontecer somente em 1951, com a criação do Ministério da Saúde.⁷

* Agradeço imensamente a Virgínia Albuquerque de Holanda, por indicação das fontes e discussões. A Anny Torres, por muitas sugestões aqui apresentadas. Ao Guilherme Leonel, pela leitura crítica e sugestões. E ao professor Marcelo Rangel, pelas leituras e discussões sobre religiosidades.

**Aluno de graduação em História, do 8º pela Universidade Federal de Ouro Preto

¹ CHALHOUB, Sidey. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

² Para analisarmos as diversas práticas de cura que coexistiam em Minas Gerais, escolhemos como representante do universo de terapeutas populares, Monsenhor Horta. Os documentos que utilizaremos serão: as correspondências recebidas e enviadas por ele - nas qual evidência sua concepção a cerca do corpo, da saúde e da medicina; sua autobiografia que não foi impressa – ditada ao seu confessor por Monsenhor Horta, em 20 de outubro de 1932, no ano anterior a sua morte. Informa Monsenhor que somente fez essa autobiografia por ter sido ordenado pelo Exmo. Sr. Bispo, Titular de Argiza, Coadjutor do Exmo. Sr. Arcebispo de Diamantina. O documento que tivemos acesso é uma cópia do documento original, realizada pelo P^o. José de Alvarenga Freitas, entre os dias 23 de abril a 25 de maio de 1965. Segundo o próprio padre José de Alvarenga Freitas, as únicas alterações realizadas por ele do documento original para a cópia transcrita foram: a ortografia e a numeração das páginas. Ainda segundo padre, o documento original encontrasse com Dr. José Pinheiro Castanheira, residente no Rio [de] [Janeiro]. Outro documento por nós utilizados é um “Esboço biographico” de Monsenhor Horta, escrito por Francisco Horta, no ano de 1934.

³ Idem, pág.: 26. Não sabemos quantas pessoas morreram na epidemia de Janeiro de 1885 de febre tifo e nem quanto tempo a epidemia.

⁴ Documento consultado no Arquivo Metropolitano da Cúria de Mariana, Pasta Monsenhor Horta.

⁵ Documento consultado no Arquivo Privado São Caetano. Série: Correspondência, sub-série: Cartas Pessoais.

⁶ ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis*. A semana, 5º volume, 11 de dezembro de 1892. A citação também encontra-se em FIGUEREDO, Betânia Gonçalves. “**A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais.” Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002. p.: 91

⁷ MARQUES, Rita; SILVEIRA, Anny; FIGUEIREDO, Betânia (Org.). **História da Saúde em Minas Gerais**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

Referências bibliográficas:

Livros:

CERTEAU, Michel de. *Invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHALHOUB *et al* (org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil*: capítulos de história social. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003.

CHALHOUB, Sidey. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar*: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

MARQUES, Rita; SILVEIRA, Anny; FIGUEIREDO, Betânia (Org.). *História da Saúde em Minas Gerais*: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Barueri, SP: Minha Editora, 2011.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos trópicos*: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo, HUCITEC, 1997

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura*: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. *Influenza espanhola e a cidade planejada*: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

Artigos:

PIMENTA, Tânia Salgado. *Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos*. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Volume 11. pp.: 67-92. 2004.